



ALAE
ENTRE NÓS

Ed. 08 - Março/2026

Boas práticas
que conectam
e inspiram

IMPACTO JURÍDICO

Onofre Batista é um dos membros do grupo de pesquisa do Centro de Estudos Judiciários do STF - CESTF



Onofre Batista, Prof. Livre-Docente da UFMG e sócio do Aliado Coimbra, Chaves & Batista, passa a integrar grupo de pesquisa do CESTF dedicado ao estudo do **Princípio da Simetria no federalismo brasileiro**.



A iniciativa reúne especialistas de diversas instituições acadêmicas e jurídicas do país com o objetivo de aprofundar a análise teórica e prática de temas estruturantes do Direito Constitucional, especialmente no que se refere à relação entre União, Estados e Municípios.

O estudo integra a agenda institucional do CESTF voltada ao aprimoramento da coerência e estabilidade do sistema constitucional brasileiro.

Acordo MERCOSUL–União Europeia inaugura nova era para a Propriedade Intelectual e abre oportunidades estratégicas para o Brasil.

Por Claudia Zeraik



O recente Acordo de Livre Comércio firmado entre MERCOSUL e União Europeia marca um dos mais importantes avanços institucionais das últimas décadas para a região. Assinado no Paraguai, o tratado promete modernizar profundamente os marcos regulatórios de Propriedade Intelectual (PI), aproximando-os dos padrões internacionais e ampliando a integração dos países do bloco aos principais sistemas globais de registro. A perspectiva de redução de barreiras tarifárias e de maior integração econômica cria um ambiente favorável para que marcas nacionais expandam sua presença internacional.

Entre as disposições centrais do acordo está o compromisso de fortalecer ou aderir a tratados como o **Tratado de Cooperação** em Matéria de Patentes (PCT), o **Protocolo de Madri** para marcas e o **Acordo de Haia** para desenhos industriais. A medida busca simplificar procedimentos, reduzir custos e ampliar a proteção internacional de ativos intangíveis — benefício especialmente relevante para empresas inovadoras e exportadoras.

Outro ponto de destaque é o capítulo dedicado às **Indicações Geográficas (IGs)**. O MERCOSUL reconhece as Indicações Geográficas europeias, enquanto a União Europeia reconhecerá as Indicações Geográficas do bloco sul-americano. Esse reconhecimento fortalece produtos tradicionais do Brasil, como cafés, queijos, cachaças e itens agroalimentares de forte identidade regional, ampliando sua competitividade no mercado europeu.

O acordo também prevê o **aperfeiçoamento das medidas de fiscalização e combate à pirataria e contrafação**, com maior cooperação entre autoridades aduaneiras e uso de ferramentas modernas de avaliação de risco. A expectativa é que o ambiente de negócios se torne mais seguro e previsível para titulares de direitos de Propriedade Intelectual.

Nesse contexto, a expansão internacional exige segurança jurídica – e ela começa pela proteção dos ativos intangíveis de uma empresa, pois, ao levar seus produtos e serviços para a União Europeia, as empresas brasileiras passam a operar em um mercado onde a competição é intensa e a proteção da PI é rigorosamente observada. Isso significa que **ingressar sem proteção prévia pode abrir espaço para conflitos, cópias, apropriação indevida e perda de valor da marca**.

O acordo Mercosul–União Europeia pode abrir portas importantes para produtos e serviços brasileiros. No entanto, sem uma estratégia robusta de Propriedade Intelectual, muitos desses ganhos podem se perder no caminho.

Por que a proteção no exterior não pode esperar? A lógica de “primeiro expandir, depois registrar” costuma ser arriscada e, muitas vezes, irreversível.

Entre os principais riscos estão:

- **Perda do direito de uso da marca** na União Europeia, caso um terceiro registre antes.
- **Litígios custosos** em uma jurisdição estrangeira.
- **Impedimentos alfandegários**, já que autoridades europeias podem barrar a entrada de produtos considerados infratores.
- **Risco reputacional**, especialmente em setores sensíveis como moda, tecnologia, alimentos e cosméticos.
- **Perda de oportunidades comerciais**, como contratos de distribuição ou licenciamento.

A UE é um dos sistemas mais avançados de proteção de PI – e isso beneficia quem se antecipa. A União Europeia oferece mecanismos modernos e integrados de proteção, como:

- **Marca da União Europeia:** um único registro com proteção em todos os 27 países membros.
- **Desenho Industrial Comunitário:** abrangência ampla com procedimentos ágeis.
- **Sistema de Patente Europeia:** com centralização de etapas do processo.

A utilização estratégica desses instrumentos coloca empresas brasileiras em posição competitiva, garantindo exclusividade e segurança jurídica desde o início da operação no mercado europeu. Assim, a proteção internacional deve fazer parte da estratégia de expansão.

Proteger marcas, desenhos industriais e patentes antes da entrada no mercado europeu não é apenas uma formalidade: é uma **decisão necessária e estratégica, que reduz riscos, agrega valor e fortalece a competitividade da empresa no exterior.**

Embora a implementação dependa agora dos processos de ratificação legislativa em cada país, o acordo tem potencial para reposicionar o Brasil no cenário da inovação global, reforçando sua capacidade competitiva e ampliando oportunidades comerciais e tecnológicas.

Sua empresa está protegida de riscos jurídicos? Descubra como evitar passivos em 2026



A estimativa para este ano de 2026 é que a economia do Brasil cresça 2%, após uma alta de 2,3% em 2025, segundo o relatório semestral Perspectivas Econômicas Globais do Banco Mundial. Analisando esse prisma de desaceleração, proteger sua empresa de riscos jurídicos torna-se vital.

Antecipar situações que podem ser revertidas antes que se transformem em um processo judicial ou em multas pesadas é o caminho mais inteligente. Por isso, preparamos um checklist dos principais pontos de vulnerabilidade que podem comprometer a saúde do seu negócio.

Riscos Trabalhistas: a maior fonte de passivos

Horas extras mal geridas, desvio de função e a nova realidade do home office (e modelos híbridos) são alguns dos riscos trabalhistas aos quais sua empresa está sujeita. Para evitar surpresas, é fundamental organizar e criar uma auditoria interna periódica em folhas de pagamento e contratos de trabalho.

Vulnerabilidade nos contratos com terceiros

Utilizar modelos de contrato genéricos da internet para contratar serviços

terceirizados é um erro comum que não protege suas cláusulas de rescisão ou multas.

O ideal, neste caso, é estabelecer o SLA (*Service Level Agreement*) ou Acordo de Nível de Serviço. Trata-se de um contrato formal e detalhado que define exatamente o que se espera do provedor, garantindo que o fornecedor entregue o que foi prometido. Além disso, as cláusulas de Proteção de Dados (LGPD) são cruciais para resguardar a privacidade dos seus clientes e a segurança da sua empresa.

Riscos tributários e a malha fina digital

Estar em conformidade fiscal agora é mais crucial do que nunca. Em 2026, a tecnologia do governo detecta erros e fraudes em tempo real, utilizando inteligência artificial avançada, *machine learning* e análise de dados de alto volume (big data). Vale lembrar que uma autuação fiscal imobiliza o capital de giro, retirando recursos financeiros imediatos do caixa para o pagamento de multas e juros, o que pode asfixiar a operação.

Compliance e Governança: blindando a reputação

Ter um Código de Conduta robusto protege os sócios de atos ilícitos praticados por colaboradores. Ele serve como prova de que a empresa instruiu, treinou e proibiu comportamentos ilegais, podendo eximir os sócios de culpa caso um funcionário aja por conta própria.

Outra camada de segurança é a blindagem patrimonial legal. Ela separa o patrimônio da pessoa física do da pessoa jurídica, resguardando seus bens de ameaças futuras, como riscos empresariais, execuções judiciais e questões sucessórias.

Checklist: 5 sinais de que sua empresa está em risco

Se você se identifica com um ou mais pontos abaixo, seu negócio pode estar vulnerável:

1. Você não revisa seus contratos de trabalho há mais de 12 meses.
2. Suas notas fiscais e impostos são calculados sem auditoria externa.
3. Você assina contratos de fornecedores sem análise jurídica prévia.
4. Não há uma política clara de uso de dados e privacidade (LGPD).
5. O passivo jurídico não consta de forma clara no seu balanço financeiro.

Conclusão

Estar protegido juridicamente não é um gasto, mas sim uma vantagem competitiva que atrai investidores e parceiros. Uma assessoria jurídica especializada auxilia nesse processo, garantindo conformidade e segurança legal para o crescimento do seu negócio. Este conteúdo foi útil? Compartilhe com outros gestores e fique de olho em nosso blog para mais atualizações sobre Direito Empresarial.

Advogados do Lippert Advogados participam de obras sobre Reforma Tributária



Em 2025, dois advogados do Lippert Advogados integraram relevantes publicações jurídicas voltadas ao debate da Reforma Tributária no Brasil.

Na obra **Regras de competência e direitos fundamentais: controvérsias em tempos de reforma tributária** (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2025), organizada por Cassiano Menke e Ana Carolina Ziede Coelho Leal, o advogado Frederico Fellini Dallé assina o artigo **“Liberdade e planejamento tributário: conceitos, fundamentos e limites”**, no qual analisa os fundamentos e as balizas do planejamento tributário à luz dos direitos fundamentais.



Já na coletânea **Temas jurídicos I: coletânea anual do IARGS** (Porto Alegre: Freepress, 2025), organizada por Terezinha Tarcitano, o sócio Rafael Korff Wagner contribui com o artigo **“A reforma tributária do consumo no Brasil: inovações, desafios e o risco da cumulatividade residual”**, abordando os principais aspectos técnicos e desafios do novo modelo de tributação do consumo.

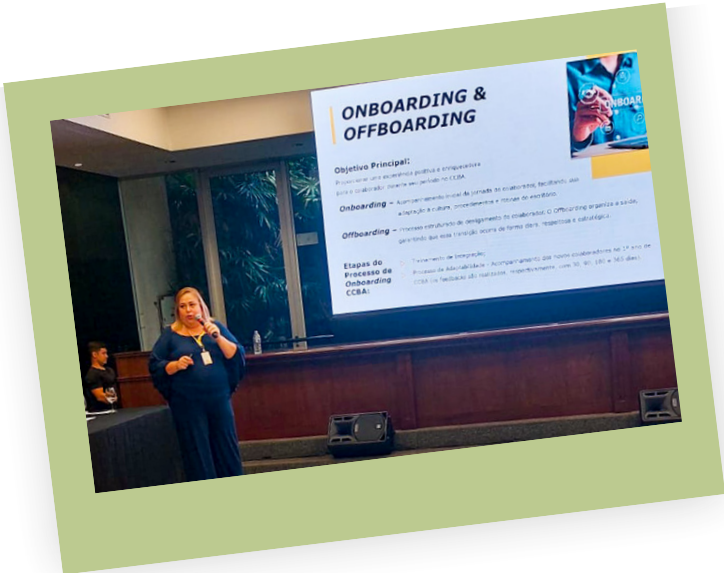
A participação dos advogados nas referidas obras reforça o compromisso do escritório com a produção acadêmica qualificada e com o acompanhamento das transformações estruturais do sistema tributário brasileiro.

BOAS PRÁTICAS

PARA RELEMBRAR!

Durante a assembleia ALAE, em Belo Horizonte, no ano passado, a Gestora de RH do Aliado Coimbra, Chaves & Batista Advogados, Daniela Cerdeira, falou sobre gestão de pessoas e seus desafios.

O encontro reforçou o papel estratégico do RH na construção de relações de confiança e no fortalecimento de práticas que promovem a saúde e o desenvolvimento das organizações.



Uma troca rica de experiências e reflexões sobre os caminhos para uma liderança mais humana e eficaz.

Exemplos de boas práticas:

- 

Ações de Bom Ambiente:
voltadas para a saúde e bem-estar dos colaboradores;
- 

Ciclo de Desempenho: processo contínuo que impulsiona o crescimento dos colaboradores por meio de acompanhamento estruturado e feedbacks regulares;
- 

Calendário Anual de Gestão:
organiza as principais ações estratégicas do escritório ao longo do ano, garantindo planejamento, acompanhamento e eficiência.
- 

Canais de Comunicação Interna:
para compartilhar assuntos estratégicos e acontecimentos importantes com o objetivo de informar e fortalecer a cultura organizacional;
- 

Processos de Onboarding e Offboarding:
com objetivo de proporcionar uma experiência positiva e enriquecedora para o colaborador, no primeiro caso, facilitando sua adaptação à cultura, procedimentos e rotinas e, no segundo, caso garantindo que o desligamento ocorra de forma clara, respeitosa e estratégica;

Quer saber um pouco mais sobre o assunto? Entre em contato com a Daniela através do e-mail:

RH@COIMBRACHAVES.COM.BR

NOSSO PRÓXIMO ENCONTRO ESTÁ CHEGANDO!

— **12-MAR** (tarde)
Reunião para troca de Experiências

— **13-MAR** (manhã)
Assembleia ALAE



São Paulo
Sede do Aliado Bichara

Torre Norte - Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909
22º andar - Vila Nova Conceição

Confirme sua presença!

E-mail: alaesecretaria@gmail.com



CRONOGRAMA DE EVENTOS ALAE - 2026

12-13 **MAR**

📍 São Paulo

14-15 **AGO**

📍 Florianópolis

12-13 **NOV**

📍 São Paulo



Feliz Aniversário!



02

Loraine Fernandes (André Xavier, Machado Fernandes)

05

Francisco Rosito (Lippert)

06

Luis Hasegawa (SOMA)

15

Augusto (André Xavier, Machado Fernandes) | Raphaela Oliveira (Andrade GC)

16

André Gondinho (Bichara) | Bruna Maria Martins (MWA) |

Luciano Valentim (Valentim, Felício e Vasconcelos)

19

Carolina Rivas (Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri)

22

André Xavier (André Xavier, Machado Fernandes)

23

Fabio Luís De Luca (Lippert) | Fábio Guerreiro (Andrade GC)

24

Mônica Maria Cerqueira (MWA)

26

George Lippert (Lippert) | José Henrique Guaracy (Coimbra, Chaves & Batista)

Tem um conteúdo relevante para compartilhar com os Aliados?

Envie um e-mail para alaesecretaria@gmail.com

